

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.467 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2002

Armínio avalia no Congresso desempenho da política monetária

Presidente do Banco Central deve participar hoje, a partir das 14h30, de audiência pública convocada pela Comissão Mista de Orçamento em conjunto com outras duas comissões do Senado e três da Câmara

PÁGINA 3



Plenário promove hoje discussão final sobre proposta que cria fundo de revitalização do Rio São Francisco

Plenário examina nove matérias em regime de urgência

Operações de crédito externo e anulação de norma do TSE sobre coligações são propostas em prioridade na pauta de hoje

Projeto de decreto legislativo que anula decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as coligações partidárias é uma das nove matérias que tramitam em regime de urgência e foram incluídas na pauta de hoje do Plenário do Senado. Outras propostas tratam de operações de crédito externo. O único projeto que deve ter o regime de urgência suspenso é o que prevê a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Hoje também transcorre a terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da proposta que cria fundo para revitalizar o Rio São Francisco.

PÁGINA 2

Senado discute barreiras ao aço brasileiro no mercado dos EUA

Debates terão presença dos ministros das Relações Exteriores e do Desenvolvimento. Comissão de Assuntos Econômicos define agenda das discussões.

PÁGINA 6

Unificação das polícias é analisada por comissão

Proposta de unificação das polícias civil e militar deve ser o principal assunto da reunião da Comissão Mista de Segurança Pública marcada para hoje, às 17h.

PÁGINA 8

Josaphat Marinho foi relator do Código Civil no Senado



Senadores homenageiam Josaphat Marinho

Vários senadores destacaram ontem em Plenário a trajetória do jurista e político Josaphat Marinho, morto sábado em Salvador. O trabalho em favor da aprovação do novo Código Civil, que relatou no Senado, foi lembrado por diversos parlamentares.

PÁGINAS 4 E 5

Sessão deliberativa examina nove matérias em regime de urgência

Nesta condição está proposta que anula decisão do Tribunal Superior Eleitoral sobre coligações partidárias e projetos de resolução que tratam de garantia em operação de crédito externo

CRE analisa indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa hoje, a partir da 17h30, duas indicações feitas pelo presidente da República para que os embaixadores Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur e Marco Antônio Diniz Brandão assumam, cumulativamente com os cargos de embaixadores do Brasil junto à República da Áustria e ao Reino da Tailândia, as representações brasileiras na República Eslovaca, na República da Croácia, no Reino do Camboja e na União de Mianmar. Os pareceres, a cargo dos senadores Tião Viana (PT-AC) e Lúdio Coelho (PSDB-MS), serão examinados em reunião secreta.

Constam ainda da pauta da CRE os acordos internacionais que tratam da transferência de pessoas condenadas e de menores sob tratamento especial (firmado entre o Brasil e o Paraguai), da recuperação de bens culturais e patrimoniais roubados, importados ou exportados ilícitamente (assinado por Brasil e Bolívia) e da eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, conforme acordo estabelecido no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Os três acordos têm pareceres favoráveis dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Iris Rezende (PMDB-GO) e da senadora Emília Fernandes (PT-RS), respectivamente.

Dos 17 itens previstos na Ordem do Dia da sessão plenária de hoje, nove tramitam em regime de urgência. Está nesta condição o projeto de decreto legislativo, de iniciativa do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que pretende anular resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) padronizando as coligações partidárias nas eleições presidenciais e estaduais. Também nesta situação encontra-se o projeto da Câmara que transfere a responsabilidade pela oferta de transporte escolar aos alunos da rede pública de ensino estadual e municipal para estados e municípios.

A única proposição que deve ter o regime de urgência suspenso é a que prevê a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Segundo o líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), deverá ser lida nessa mesma sessão mensagem do Poder Executivo retirando o pedido de urgência para a votação da matéria. Motivo de polêmica no meio sindical, esse projeto estabelece a prevalência de convenção ou acordo coletivo de traba-



Renan Calheiros é autor de projeto contrário à decisão do TSE sobre coligações

lho sobre a legislação trabalhista em vigor.

Dois projetos de resolução que autorizam a União a conceder garantia em operação de crédito externo também receberam requerimento de urgência para votação em Plenário. Uma das operações deve ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 240 milhões, para financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II).

A outra deve ser firmada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o BID, no montante de até US\$ 900 milhões, e destina-se a financiar parcialmente o Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas – Multissetorial III.

Na sessão deliberativa de hoje, que se inicia às 14h30, também transcorre a terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, de proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que cria o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. Voltam a ser examinadas ainda três PECs, de autoria do ex-senador Jader Barbalho e dos senadores Paulo Hartung (PSB-ES) e Maguito Vilela (PMDB-GO), que prevêem a redução do período de recesso parlamentar e o fim do pagamento de parcela indenizatória pela convocação extraordinária do Congresso.

Comissão vota nome para Agência de Águas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vota hoje, às 17h30, em reunião extraordinária, o nome de Dilma Seli Pena Pereira para o cargo de diretora da Agência Nacional de Águas. O relator da matéria é o senador Arlindo Porto (PTB-MG).

A CI vai votar também dois requerimentos de audiências públicas. Um deles, do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), convoca o ministro dos Transportes, Alderi-

co Jefferson da Silva Lima, para explicar as más condições das estradas federais do país. O outro, do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), convoca representantes das empresas de transporte aéreo Meta, Penta, Rico, Tavaj e Taba para instrução do projeto que trata do adicional de tarifas para linhas aéreas regionais suplementadas.

A pauta da Comissão de Infra-Estrutura tem 11 itens, incluindo

projeto de lei do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação do horário de verão em Goiás, Tocantins e no Distrito Federal, com parecer favorável do relator, senador Mauro Miranda. Há ainda projetos de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que modifica traçados das rodovias BR-080 e BR-242, com votos favoráveis dos relatores, Íris Rezende (PMDB-GO) e Jonas Pinheiro (PFL-MT).



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h – Participa da cerimônia de entrega da condecoração da Ordem do Mérito Judiciário Militar
11h – Recebe o deputado Paulo Paim
15h – Recebe Martus Tavares, ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
15h30 – Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 134/01, altera o art. 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estabelece a prevalência de convenção ou acordo coletivo de trabalho sobre a legislação infraconstitucional; PLC nº 5/02, institui gratificação por execução de mandados para a carreira de analista judiciário – oficiais de justiça – área judiciária – especialidade execução de mandados do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos territórios; PDL nº 6/02, dispõe sobre as eleições gerais de 2002; PLC nº 152/01, dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); PLC nº 4/02, acrescenta incisos aos artigos 10 e 11 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PR nº 5/02, autoriza o Brasil a conceder garantia a operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 240 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II); PR nº 7/02, autoriza o Brasil a conceder garantia a operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor equivalente a até US\$ 900 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); entre outras matérias.

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

11h30 – Comissão de Educação

14h – Comissão Mista para examinar a MP nº 2.218/01 (remuneração dos militares do Distrito Federal)

14h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

15h – Comissão Mista destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do presidente Juscelino Kubitschek

17h – Comissão Mista de Segurança

17h – CPI das ONGs

17h30 – Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Após a Ordem do Dia – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

18h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

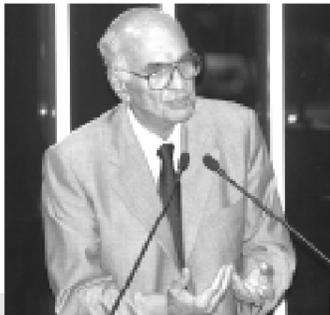
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Roosevelt Pinheiro

Projeto de Roberto Saturnino será votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos

Projeto incentiva aquisição de cota de fundo mútuo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje, a partir das 10h, projeto do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) que cria incentivos fiscais para a aquisição de cotas do Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes, regulado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A proposta, que será examinada em caráter terminativo, recebeu parecer favorável do relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Pelo projeto, pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do Imposto de Renda até 25% dos valores que aplicarem na aquisição de cotas daquele fundo, até o ano 2010. O incentivo, contudo, está limitado a 10% do total do imposto anual devido, no caso de pessoas físicas, e a 5% do imposto devido, para as pessoas jurídicas.

ISENÇÕES

A proposta estabelece ainda que os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelo Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes ficarão isentos do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro (IOF), assim como do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR).

O projeto de Saturnino chegou a receber parecer contrário do senador Bello Parga (PFL-MA), que mais tarde, contudo, decidiu retirá-lo, cedendo a relatoria para Maldaner, que apresentou parecer favorável à proposta, alegando, principalmente, que as previsões de perda de receita e acomodações orçamentárias estabelecidas em lei poderão ser feitas pela Câmara, quando da análise da matéria.

A CAE deverá examinar, também, a criação de mecanismos de fomento à atividade audiovisual do país. O relator da matéria é o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), que apresentou parecer favorável, com emenda.

Armínio explica hoje ao Congresso desempenho da política monetária

Exposição do presidente do Banco Central em audiência pública convocada pela Comissão de Orçamento atende a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal

O presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, apresenta hoje aos senadores e deputados, a partir das 14h30, uma avaliação do impacto e dos custos fiscais decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial adotadas pelo país e fazer também um balanço financeiro do ano de 2001. A exposição será em audiência pública convocada pela Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), em conjunto com outras cinco comissões — duas do Senado e três da Câmara.

As explicações do presidente do BC ao Congresso Nacional, pres-tadas em audiência pública duas



Armínio Fraga também abordará as políticas creditícia e cambial adotadas pelo país

vezes ao ano, atendem a determinação de Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesses encontros, os parlamentares podem tirar dúvidas

ou pedir detalhes sobre a política econômica e fiscal brasileira.

A reunião contará com a participação de senadores da Comissão de Fiscalização e Controle e da Comissão de Assuntos Econômicos e de deputados das Comissões de Finanças e Tributação; Economia, Indústria e Comércio; e de Fiscalização Financeira e Controle. O encontro acontecerá no Plenário 2 do Anexo II da Câmara.

Carlos Bezerra questiona altas taxas de juros

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezerra, deverá questionar hoje, durante a audiência pública, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, sobre as altas taxas de juros praticadas no país, que, observou, vêm criando sérias dificuldades para um melhor desempenho da produção agrícola e industrial. O senador é o autor do projeto de lei regulamentando dispositivo constitucional que estabelece um limite máximo de 12% reais (descontada a inflação) para a cobrança dos juros domésticos anuais.

Vários outros parlamentares que integram a comissão, entre eles o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), pretendem interperlar o presidente do BC não somente sobre os juros, mas também sobre o seu elevado custo, que contribui para aumentar o valor da dívida pública interna, obrigando o governo a reduzir os gastos com as áreas prioritárias para, assim,



Segundo Carlos Bezerra, política de juros vem dificultando produção agrícola no país

arcar com o serviço da dívida (juros mais amortizações) dentro dos limites acertados em acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Integrantes da Comissão de Orçamento querem saber também de Armínio quais são as perspectivas do governo com relação à política cambial, diante, principalmente, da crise da Argentina.

No seu pronunciamento, Armínio Fraga deverá abordar o com-

portamento da política monetária em 2001, devendo ainda comentar os resultados dos primeiros meses deste ano, dentro das metas fixadas pelo governo.

SUPERÁVIT

Segundo dados do Banco Central, o resultado primário para o setor público consolidado não-financeiro foi superavitário em R\$ 3,1 bilhões em fevereiro de 2002, obtendo-se um valor acumulado, no ano, de R\$ 8,5 bilhões (4,3% do Produto Interno Bruto — PIB), o que significa praticamente o mesmo patamar de idêntico período de 2001 (R\$ 8,9 bilhões).

O governo central apropriou despesas de juros de R\$ 6 bilhões contra R\$ 1,7 bilhão dos governos regionais e R\$ 487 milhões das empresas estatais. Os gastos com juros nos dois primeiros meses do ano alcançaram R\$ 16,3 bilhões, equivalentes a 8,2% do PIB, contra os R\$ 13,5 bilhões (7,4% do PIB) registrados no mesmo período de 2001.

Geraldo Cândido aponta perseguição a sindicato e associação de petroleiros

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) denunciou que sindicatos e associações ligados ao setor petrolífero estão sendo perseguidos pela Petrobras por discordarem das novas regras de previdência impostas pela empresa. A estatal, segundo o parlamentar, suspendeu o desconto em folha da contribuição dos aposentados

e pensionistas para as entidades dos trabalhadores.

Cândido explicou que essa contribuição sindical tem sido repassada pela Fundação Petros há mais de 30 anos, mas, desde que a categoria interrompeu na Justiça a implantação do novo plano de previdência criado pela Petros, a fundação vem ameaçando cortar o

repasso. O plano, afirmou o senador, está suspenso desde 23 de novembro de 2001, quando a Federação Única dos Petroleiros (FUP) obteve a primeira liminar cancelando o processo de migração que havia sido imposto pelo gerenciador do fundo de pensão.

A seu ver, essa "política de intimidação" tem o objetivo de interromper a campanha da FUP e dos sindicatos contra a implantação do novo plano de previdência.

Comissão ouve dirigente de comitê do Paraíba do Sul

A Comissão Especial de Revitalização do Rio São Francisco reúne-se às 14h30 de amanhã para ouvir exposição do secretário-executivo do Comitê para Integração do Rio Paraíba do Sul (Ceivap), Edilson de Paula Andrade.

A comissão especial, formada para acompanhar e avaliar o projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e a instalação do respectivo comitê da bacia, tem como presidente o senador Renan Calheiros (PMDB-AL); como vice-presidente o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) e como relator o senador Waldeck Ornêlas (PFL-BA).

Subcomissão do Idoso define roteiro das atividades

A Subcomissão do Idoso, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), reúne-se amanhã para discutir, definir e votar o cronograma de atividades para o ano de 2002. A subcomissão é presidida pelo senador Leomar Quintanilha (PFL-TO).

Presidente de laboratório depõe na CPI das ONGs

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura as denúncias de irregularidades na atuação das organizações não-governamentais vai ouvir hoje, às 17 horas, na sala 15 da Ala Alexandre Costa, o presidente do Laboratório Novartis do Brasil, Andreas Strakus.

Os senadores da CPI querem explicações sobre a denúncia de que a ONG Napacan, de defesa de pacientes de câncer, estaria agindo em conjunto com o Laboratório Novartis para forçar o Ministério da Saúde a comprar o medicamento Glivec. O ministério só aceitaria comprar o remédio a preços inferiores aos do mercado. A denúncia foi publicada pela revista *Época* na edição de 29 de outubro de 2001.



O trabalho em favor da aprovação do novo Código Civil, do qual foi relator, a preocupação social, o espírito democrático e o saber jurídico do ex-senador Josaphat Marinho foram lembrados ontem pelos senadores Bernardo Cabral, Edison Lobão, Waldeck Ornélas, Pedro Simon e Luiz Otávio

Senadores homenageiam "democrata convicto"

O Plenário deve votar hoje requerimentos de pesar pelo falecimento do ex-senador Josaphat Marinho, ocorrido no último sábado, em Salvador, onde foi sepultado. Serão enviadas condolências à família, à Assembléia Legislativa, ao governo da Bahia, à OAB e a várias instituições que Josaphat integrou.

A Mesa do Senado recebeu ontem requerimentos de pesar dos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Waldeck Ornélas (PFL-BA) e Pedro Simon (PMDB-RS) pelo falecimento do ex-senador Josaphat Marinho, ocorrido no último sábado, em Salvador (BA), onde foi enterrado com honras diante de grande número de familiares, amigos, admiradores e políticos de todo o Brasil. Os requerimentos devem ser votados na sessão deliberativa de hoje do Senado.

De acordo com as tradições da Casa, serão enviadas condolências à família, à Assembléia Legislativa e ao governo da Bahia, bem como à Ordem dos Advogados do Brasil, à Academia Brasileira de Letras Jurídicas, à Universidade Federal da Bahia, às Faculdades Integradas de Brasília (Upis) e à Universidade de Brasília, instituições que Josaphat Marinho integrou.

Ao encaminhar o requerimento, Cabral solicitou a realização de sessão solene especial em homenagem a Josaphat Marinho e propôs que a Sala da Co-



Cabral propõe sessão solene e nome para a Sala da CCJ

missão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado seja consagrada com o seu nome, simbolizando o grande saber jurídico e a notável atuação do ex-senador nesses assuntos, durante sua permanência na Casa. "Ninguém melhor do que ele para ser o patrono da CCJ", afirmou.

Cabral lembrou que o novo Código Civil, hoje transformado em lei, havia ficado mais de 15 anos engavetado na Câmara e somente o denodo, a inteligência e a clareza de Josaphat, que reformulou o projeto por completo ao atuar como relator no Senado, lograram sua aprovação final no Congresso Nacional.

O senador pelo Amazonas disse que Josaphat Marinho nunca será esquecido por todos aqueles que fazem do Legislativo um sacerdócio em defesa da liberdade, do civismo e da vida pública, como ele mesmo. "O Legislativo é cheio de falhas, mas mil vezes um Congresso aberto, com todas elas, do que um Legislativo amordaçado por uma ditadura", concluiu Bernardo Cabral.

Edison Lobão prevê novas manifestações de respeito



Edison Lobão associou-se às homenagens

Na direção dos trabalhos da sessão não deliberativa de ontem, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que a Mesa se associava às homenagens prestadas pelos senadores ao ex-senador Josaphat Marinho, que faleceu no último sábado. Para o vice-presidente da Casa, as homenagens ao ex-senador certamente não se encerrarão nessa sessão e deverão se desdobrar em outras oportunidades, conforme requerimentos encaminhados à Mesa que serão votados oportunamente.

Simon: Josaphat deixa um vazio na vida pública

Na homenagem prestada ontem ao ex-senador Josaphat Marinho, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o ex-senador deixa um vazio na política e na vida pública brasileira. Simon ressaltou o exemplo que Josaphat sempre deu aos demais políticos, declarando que o ex-senador era "um democrata convicto, um homem de idéias de esquerda, na busca da justiça social".

Simon lembrou que, quando era



Simon aponta "história de integridade e de grandeza"

Fotos: Roosevelt Pinheiro

deputado estadual no Rio Grande do Sul, já admirava Josaphat Marinho, a quem comparou a dom Helder Câmara e Barbosa Lima Sobrinho, "pessoas que, quando falam, o Brasil escuta e fica tranqüilo". O senador mencionou sua identificação

com Josaphat, pelo seu pensamento progressista, e frisou que "a sua história é de integridade e de grandeza".

O senador citou a atuação de Josaphat Marinho na Petrobras e no Conselho Nacional do Petróleo e também como professor e articulista, destacando o seu trabalho como relator do Código Civil. Ele lembrou que o código foi votado na Câmara por acordo de líderes, sem uma emenda, "o que é inédito na história do Brasil".

Simon apoiou proposta do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) de dar o nome de Josaphat Marinho à sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o atual patrono, Rui Barbosa, também dá nome ao Plenário do Senado.

Waldeck Ornélas ressalta a preocupação social

Falando também em nome de Paulo Souto (PFL-BA) e Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), assim como do ex-senador Antonio Carlos Magalhães, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) destacou ontem a preocupação social que marcou toda a vida pública do jurista e ex-senador Josaphat Marinho. Waldeck Ornélas apoiou sugestão do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) de dar o nome do ex-senador baiano à sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). "Nós, baianos, só temos que nos orgulhar dessa proposta", afirmou.

O senador pefelista lembrou a atuação de Josaphat como relator do projeto de atualização do Có-

digo Civil. Segundo Waldeck Ornélas, Josaphat criou as condições necessárias para que o projeto pudesse ser votado e aprovado. "Sua voz sempre foi ouvida com respeito e atenção, não só pelo seu saber jurídico, mas, sobretudo, por sua autoridade moral", ressaltou.

O senador ainda mencionou a atuação de Josaphat como professor universitário na Bahia e em Brasília, bem como a autoria de livros sobre direito e economia. "Neste final de semana, os



Ornélas: "Sua voz sempre foi ouvida com respeito e atenção"

jornais *Correio Brasileiro* e *A Tarde* publicaram o último artigo de Josaphat Marinho, em que ele criticava a conferência da ONU sobre o financiamento do desenvolvimento mundial, realizada em Montevideo, no México. Josaphat dizia que os líderes dos países

mais ricos não estão tendo sensibilidade suficiente para garantir a distribuição das riquezas e acabar com a miséria no mundo. Assim era Josaphat", resumiu Waldeck Ornélas.

Luiz Otávio lembra que "grandes pareceres" estão disponíveis

Ao prestar sua homenagem ao ex-senador Josaphat Marinho, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) disse ontem que, mesmo não tendo convivido diretamente com o senador, pôde tomar conhecimento de seus ensinamentos jurídicos, os quais recomenda aos mais jovens.

Entre as muitas contribui-

ções de Josaphat Marinho ao Senado, onde exerceu dois mandatos, Luiz Otávio mencionou especificamente o Código Civil, relatado por Josaphat. O código tramitou pelas comissões sem receber quaisquer emendas dos demais senadores e obteve aprovação unânime do Plenário.

Luiz Otávio afirmou ainda que



Luiz Otávio: código tramitou pelas comissões sem receber qualquer emenda

os Anais do Senado contêm todos os "grandes pareceres jurídicos de Josaphat", estando, portanto, disponíveis à consulta dos interessados.

Amor ao Brasil, firmeza, coerência, visão política, zelo pelas leis – essas são algumas das qualidades do ex-senador Josaphat Marinho ressaltadas ontem em Plenário por Ramez Tebet, Roberto Requião, Mauro Miranda e Nabor Júnior



1915 2002

Para Nabor, dedicação serve de exemplo

“Josaphat Marinho foi um homem de conduta retilínea, cuja dedicação à causa pública e o amor à liberdade e à democracia serviram de exemplo para todos aqueles que com ele conviveram”, disse o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) ao lamentar a morte do ex-senador baiano. Para Nabor, Josaphat foi um dos parlamentares que mais marcaram a história do Senado.

Nabor lembrou que conheceu Josaphat em uma convenção nacional do então MDB, realizada em Brasília, em 1967. Segundo Nabor, o clima da reunião era tenso, já que o então senador por Alagoas Silvestre Monteiro havia jurado de morte o deputado federal pelo



Nabor: Josaphat marcou história do Senado

mesmo estado Ozéas Cardoso. “Josaphat envidou todos os esforços para evitar que se consumasse o encontro dos dois parlamentares”, registrou o senador pelo Acre.

Outra passagem de Josaphat Marinho citada por Nabor Júnior foi quando o então senador baiano se despediu do Senado ao concluir seu último mandato na Casa. “Foi uma festa de congratulações e de reconhecimento ao seu valor e à sua dedicação”, lembrou.

JURISTA

Josaphat Ramos Marinho morreu aos 86 anos, de edema agudo de pulmão. Seu enterro ocorreu domingo, no Cemitério do Campo Santo, em Salvador (BA). Jurista e professor universitário, ele exerceu por duas vezes o mandato de senador: entre 1962 e 1970 e no período de 1991 a 1998.

O primeiro cargo eletivo de Josaphat Marinho foi o de deputado estadual constituinte, em 1947. No período de 1955 a 1959, exerceu novamente o mandato de deputado estadual. De 1959 a 1962, foi secretário do Interior e Justiça e também da Fazenda, do estado da Bahia. Em 1961, presidiu o Conselho Nacional do Petróleo.

Requião destaca amor de Josaphat ao Brasil

A maior homenagem que se pode prestar à memória do jurista e ex-senador Josaphat Marinho é refletir sobre suas posições políticas, seu amor ao país e seu respeito aos interesses nacionais. A afirmação foi feita pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR),



Requião: exemplo para construção de um país melhor

afirmou Roberto Requião (PMDB-PR), ao lamentar que as convicções do jurista baiano não correspondam ao comportamento geral da classe política brasileira.

– Josaphat foi um excepcional senador, sempre elogiado e por todos respeitado mas, nes-

te triste momento da história do Brasil, muito raramente seguido. Se seguirmos o seu exemplo, construiremos um Brasil muito melhor – afirmou Roberto Requião.

O parlamentar pelo Paraná ressaltou o convívio no Congresso com Josaphat Marinho, senador entre 1991 e 1998, e a constante coincidência de votos e posições entre os dois. Requião lembrou que, por ocasião do início da tramitação do projeto de Código Civil no Senado, seu par-

tido, o PMDB, o indicou para a relatoria da proposta. “Tive a sensibilidade, a inteligência e a decência para abrir mão da relatoria e sugerir o nome de Josaphat, indicado por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça”, acrescentou Requião, que, homenageado pelo próprio Josaphat, acabou relatando o *Livro das Coisas*, do Código Civil, relativo ao direito de propriedade.

Requião disse esperar que as novas gerações se encarreguem de preencher o vácuo deixado por Josaphat Marinho “no Plenário do Senado, nas letras jurídicas e na política”.

Mauro: ex-senador era firme e coerente

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) homenageou Josaphat Marinho destacando que, com a morte do político e jurista baiano, o Brasil perdeu um dos seus mais notórios homens públicos, “firme, coerente e dedicado à defesa da democracia e da sociedade”.

De acordo com Mauro Miranda, o ex-senador Josaphat, que aos 86 anos vivia em plena lucidez e atividade intelectual, destacou-se por sua postura ética inatacável e como professor e jurista nacionalmente respeitado, especialmente nas matérias de Direito Constitucional, Teoria Geral do Estado e Direito Público.

Ao lembrar a trajetória política de Josaphat, Mauro Miranda ressaltou a independência do parlamentar baiano, que, mesmo ten-

do sido integrante da União Democrática Nacional – a antiga UDN –, opôs-se ao regime militar imposto a partir de 1964.

– Josaphat exerceu a liderança do Bloco Parlamentar Independente e foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro, de oposição ao regime. Ao mesmo tempo, defendia a convocação de uma assembléia constituinte e combatia a estrutura política e econômica, que se caracterizava pelo exacerbamento das desigualdades sociais – declarou.

Mauro Miranda exaltou ainda a última passagem de Josaphat pelo Senado – entre 1991 e 1998 –, considerando-a “extremamente profícua”. O senador lembrou que



Mauro registra sentimento de orfandade

Josaphat era ouvido com respeito por todos os parlamentares, por causa de sua experiência e brilhantismo intelectual.

Ele destacou os votos de Josaphat Marinho – desobedecendo orientação de seu partido, o PFL – contra a extinção dos monopólios estatais das telecomunicações e do petróleo e o fim das diferenças entre empresas nacionais e estrangeiras. “Josaphat Marinho deixa não só a Bahia, mas todo o Brasil com um sentimento de orfandade, que só pode ser superado pela lição de vida que nos legou, de amor à democracia e à pátria”, concluiu.

Tebet aponta legado de relevantes serviços

O presidente do Senado, Ramez Tebet, lamentou ontem o falecimento do ex-senador Josaphat Marinho, destacando que ele deixou uma reputação ilibada e marcou a história como homem público que prestou relevantes serviços ao estado que representava, a Bahia, e ao



Tebet: foi uma pessoa que sempre zelou pelas leis

pelas leis, um homem de profunda visão política e que

queria melhorar o país. Constitucionalista emérito, professor de Direito, frequentemente consultado inclusive por parlamentares, Josaphat foi um “cidadão importante para o Brasil”.

O presidente do Senado informou ainda ao Plenário que os requerimentos de pesar pela morte do ex-senador apresentados ontem deverão ser votados na sessão deliberativa de hoje.

Tuma quer reduzir para 15 anos o prazo da usucapião

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando emendas para ser submetido a votação terminativa, projeto de lei de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que altera o prazo de registro de terras no conceito de usucapião (aquisição da terra pela posse pacífica desta, durante certo tempo) previsto no novo Código Civil e que deverá entrar em vigor em 11 de janeiro de 2003.

A modificação proposta por Tuma, no capítulo Da Constituição das Servidões, reduz de 20 para 15 anos o prazo da usucapião, no caso de o possuidor da terra não dispor de título a ela referente. O senador aproveitou também para corrigir erro de grafia num dos artigos do novo código.

Com base em sugestões apresentadas pelo juiz Benedito Silvério Ribeiro, do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, o senador Tuma quer que o art. 1.379, do novo Código Civil, fique com a seguinte redação: “O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, nos termos do art. 1.242, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no registro de imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumada a usucapião. Se o possuidor não tiver título, o prazo da usucapião será de 15 anos” (em vez de 20 anos).

Com essa modificação, Tuma pretende harmonizar o artigo 1.379 com o 1.238 do mesmo código, que prevê que “aquele que, por 15 anos, sem interrupção, nem oposição, possuir um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa fé: podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de registro de imóveis. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo”.



O projeto de Tuma aguarda decisão da CCJ

Senado debate medidas de proteção ao aço

Na quinta-feira, o ministro das Relações Exteriores será ouvido pelo Plenário sobre as medidas protecionistas dos EUA em relação ao produto. No dia 16, falará o ministro do Desenvolvimento. A CAE discutirá a situação da siderurgia nacional

O Senado começa a debater nesta semana a situação do mercado internacional do aço, abalado recentemente pelo anúncio dos Estados Unidos de que fixarão cotas e taxas de até 30% para a importação do produto. Na última semana, a União Européia anunciou medida semelhante, reduzindo ainda mais os mercados potenciais para as siderúrgicas brasileiras e levando ao cancelamento de negócios que envolvem milhões de dólares.

Na próxima quinta-feira, às 11h30, o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, será ouvido pelo Plenário do Senado sobre os efeitos das medidas protecionistas norte-americanas. No dia 16 de abril, às 15h, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, falará sobre o assunto. Os senadores Paulo Hartung (PSB-ES) e Romero Jucá (PSDB-RR) querem saber dos ministros quais as medidas que serão adotadas pelo Brasil para evitar prejuízos aos produtores nacionais, que, segundo estimativas do setor siderúrgico, podem chegar a R\$ 280 milhões.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também já aprovou requerimento do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) pedindo que autoridades sejam convidadas para debater os problemas da siderurgia nacional, que ocupa o terceiro lugar na geração de divisas para o país. O presidente da comissão, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), definirá nos próximos dias a data e as autoridades que participarão da audiência pública.

OMC

Para Ricardo Santos e Paulo Hartung, o Brasil deve recorrer imediatamente à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a medida dos Estados Unidos. Santos considera que a decisão norte-americana bloqueia a possibilidade de uma discussão consistente sobre a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

— Os países mais ricos estão criando obstáculos aos países emergentes e inibem o seu crescimento. Essa onda protecionista com relação ao aço e à agricultura, em que países em desenvolvimento têm capacidade de competição, impede que essas nações



Fotos: Roosevelt Pinheiro



Paulo Hartung e Romero Jucá querem saber que medidas serão adotadas pelo Brasil para evitar prejuízos aos produtores nacionais



Para Ricardo Santos, países ricos estão criando dificuldades para crescimento das nações emergentes

Evolução das exportações brasileiras

Unid.: 1.000/ano

MÊS	2001	2002
Janeiro	888	1.037
Fevereiro	777	
Março	697	
Abril	550	
Maio	812	
Junho	435	
Julho	728	
Agosto	1.043	
Setembro	445	
Outubro	932	
Novembro	961	
Dezembro	1.022	

mundial do produto.

— Precisamos reagir com rapidez, firmeza e competência, com a dimensão de nosso tamanho no contexto mundial. Está na hora de o governo marcar de forma mais contundente sua posição, com medidas internas que defendam nosso mercado, e externas, como o recurso à OMC, mostrando que não somos coadjuvantes nesse mercado do aço — defendeu Hartung.

paguem até suas dívidas. Daí a grande preocupação do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial, que criticaram com muita ênfase as medidas protecionistas — afirmou Ricardo Santos.

O senador define a atitude dos Estados Unidos como “um tiro no próprio pé”, já que a elevação do preço do aço ofertado leva ao aumento dos custos de produtos de alta tecnologia. Consumidores americanos vão pagar mais por carros e geladeiras, por exemplo, subsidiando a indústria de seu país. Além disso, esses produtos ficarão mais caros para mercados emergentes. Como solução, Ricardo Santos sugere que o Brasil promova ampla articulação comercial com países da América Latina e África para reverter a situação do protecionismo nos mercados do Primeiro Mundo.

Além do recurso à OMC, Paulo Hartung indica o aumento de 12% para 30% — como está sendo proposto pelo setor — das tarifas de importação do aço pelo Brasil, assim como fez a Europa. A medida resguardaria o mercado nacional de excesso de oferta

Capacidade instalada

Unid.: 1.000/ano

Ano	2000	2001	2002	2003	2004
Aço bruto	30.013	32.419	33.583	34.195	34.715

Fonte: Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS)

Maiores produtores mundiais

Unid.: 1.000/ano

Janeiro de 2002

País	Produção
UE	12.791
China	14.500
Japão	8.488
CEI	7.709
EUA	7.176
Brasil	2.382
México	964
Argentina	256
TOTAL mundial	70.605

Obs.: Dados correspondentes à produção de aço bruto dos países associados ao ISI.
Fonte: ISI e Iita

Exportações brasileiras

Unid.: 1.000/ano

Janeiro de 2002

Produtos	Valor
Semi-acabados	794,4
Planos	135,1
Longos	77,7
Transformados	29,7
TOTAL	1.036,9

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio/Secex

Importações brasileiras

Unid.: 1.000/ano

Janeiro de 2002

Produtos	Valor
Semi-acabados	0,343
Planos	40,366
Longos	20,847
Transformados	7,018
TOTAL	68,574

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria de Receita Federal

PARA ENTENDER A QUESTÃO

- Os EUA instituíram em 5 de março cotas para importação de aço e tarifas. Haverá sobretaxa de 8% a 30% sobre o preço pago a cada país que exceder as cotas, de acordo com o produto, pelo prazo de três anos. Com a medida, estima-se que as importações de aço caiam entre 18,5% e 35,9% no período.
- Para evitar que o aço impedido de entrar nos EUA migre para países europeus, a União Européia implementou tarifas que variam entre 14,9% e 26% para o aço importado de outros mercados, além das cotas definidas para cada produto. A medida vigora a partir de 3 de abril, inicialmente por 200 dias. A Europa importa 26,5 milhões de toneladas e a previsão é que as taxas incidirão sobre cerca de 40% desse total.
- Quanto a placas de aço (semi-acabados), principal produto siderúrgico brasileiro vendido aos EUA, o governo norte-americano definiu que 4,9 milhões de toneladas métricas importadas não sofrerão taxaço e, a partir dessa cota, o excedente será taxado em 30%.
- O Brasil, responsável por 52% das placas de aço importadas

pelos EUA, poderá exportar cerca de 2,46 milhões de toneladas, quantidade pouco superior aos 2,38 milhões de toneladas exportados em 2001, mas aquém do total que os produtores nacionais gostariam de vender este ano para os norte-americanos (cerca de 3,6 milhões de toneladas). “A cota foi maior que as exportações brasileiras do ano passado, mas menor que as nossas aspirações”, afirmou o chanceler Celso Lafer.

- União Européia, Austrália, Nova Zelândia e Japão já entraram com reclamação formal na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as medidas impostas pelos EUA.
- “A decisão é danosa e estúpida. O plano dos EUA é tão equivocado que deixa envergonhados outros tipos de intervenção destruidores de riquezas. Os prejuízos crescerão até uma escala mundial. Boa parte do custo acabará recaindo sobre os produtores nos países em desenvolvimento”, afirmou a revista *The Economist*.
- “As restrições violentam os princípios de liberdade de comércio e têm enorme potencial negativo nas relações bilaterais”, reagiu o Instituto Brasileiro de Siderurgia, em nota oficial.

Mozarildo quer fim de práticas protecionistas

Senador defende postura mais agressiva do Brasil para fazer frente às barreiras impostas no comércio internacional e recomenda cuidados e salvaguardas para a participação do país na Área de Livre Comércio das Américas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a adoção, pelo Brasil, de uma postura mais agressiva no comércio internacional, incluindo apelos mais frequentes à Organização Mundial do Comércio (OMC) na defesa de seus direitos.

— O recrudescimento de práticas protecionistas, impostas pelos países ricos em suas relações comerciais com nações periféricas, tem demonstrado que a irresistível e glamourosa globalização econômica tem sido usada como via de mão única — afirmou o senador, acrescentando que a globalização tem servido para empobrecer ainda mais os países pobres.

Mozarildo citou reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 10 de março, intitulada “Protecionismo disfarçado cresce aos poucos”, sobre as dificuldades que o Brasil vem



Para Mozarildo, a globalização econômica tem penalizado as nações periféricas

enfrentando no setor de exportações. As barreiras protecionistas, segundo a reportagem, afetam as vendas dos produtos mais competitivos no mercado externo, como aço, calçados, têxteis, carne e produtos agrícolas.

Levantamento da Secretaria de Comércio Exterior, divulgado na reportagem, dá conta de que 60% dos produtos exportados pelo Brasil são afetados de alguma maneira por medidas restritivas

do mercado norte-americano.

Mozarildo alertou para a gravidade das medidas protecionistas, lembrando que os Estados Unidos e a União Européia respondem por quase 50% das exportações brasileiras. Devido a barreiras, como subsídios à soja, somente no ano passado o Brasil perdeu US\$ 1 bilhão. A perda na pauta de exportações de produtos agrícolas em geral chegou a US\$ 5 bilhões, disse o senador, citando dados da Confederação Nacional da Agricultura.

O senador ressaltou que, diante dessa conjuntura, a participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) não pode ocorrer sem a adoção de cuidados e de salvaguardas.

— Primeiramente, precisamos atentar para a enorme disparidade entre o Produto Interno Bruto dos Estados Unidos e o nosso. Além disso, precisamos ter garantias de que não faremos o papel de meros importadores, agravando o desequilíbrio da balança comercial — observou.

Comissão discute hoje o ingresso do Brasil na Alca

A eventual participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) estará em debate hoje, a partir das 17h30, na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Os integrantes da comissão deverão discutir a complementação do voto da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) a respeito do projeto de decreto legislativo que prevê a suspensão, por 20 anos, das negociações para a adesão do país à Alca. O projeto, apresentado pelo senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), tem parecer favorável.

Para Emilia, a população não pode ficar alheia a uma decisão que mudará os destinos do país. Durante reunião da comissão realizada em fevereiro, a senadora



Emilia Fernandes admite consulta popular após assinatura do tratado

disse que “o povo tem direito de decidir se o governo negociou bem ou mal seu ingresso na Alca”. Ela admitiu, porém, analisar a possibilidade de uma consulta popular posterior à assinatura do tratado, ao invés de um plebiscito anterior às negociações.

Também será discutido na reunião relatório do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) sobre mensagem presidencial que submete ao Congresso Nacional o texto de um acordo-quadro sobre meio ambiente, assinado em Assunção pelos países integrantes do Mercosul, em junho de 2001. Outro item em pauta é projeto de lei da Câmara — com parecer favorável do senador Arlindo Porto (PTB-MG) — que prevê modificações na lei que estabelece princípios da política agrícola.

TV Senado recebe prêmio de melhor emissora de utilidade pública

A TV Senado recebeu da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) o prêmio de melhor televisão na categoria utilidade pública. A entrega do prêmio, terça-feira da semana passada, ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo. Participaram da escolha cerca de 50 críticos de jornais e revistas de São Paulo.

Ao receber o prêmio, a diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli, falou sobre a importância do reconhecimento, por entidades como a APCA, do serviço prestado pela emissora, que se destaca por mostrar ao vivo, sem cortes, todas as atividades do Senado e o trabalho dos senadores. A diretora lembrou que a criação da TV, há seis anos, foi criticada pela mídia comercial, que sempre deteve o monopólio das informações sobre o Congresso. A emissora veio justamente para dar mais transparência às ações do Legislativo e para permitir que os eleitores tenham o poder de fiscalizar a atuação dos parlamentares.

PAPEL HISTÓRICO

Duas das jornalistas que fizeram parte do júri da premiação, Leila Reis e Ediane Parente, do



Marilena Chiarelli (terceira, à direita), diretora da TV Senado, entre o médico Drauzio Varela e as atrizes Regina Braga e Cristiane Torloni

jornal *O Estado de S. Paulo* e da revista *Pay TV*, destacaram a importância de a TV Senado mostrar todos os fatos da Casa. Leila lembrou que, nos momentos mais importantes da política nacional, o público pode acompanhar todos os eventos na íntegra, o que dá um papel histórico à TV Senado. Artistas que também participaram da cerimônia elogiaram os trabalhos da TV na área cultural. Setenta profissionais em dez categorias receberam o prêmio APCA.

Luiz Otávio não quer tropa brasileira no Oriente Médio

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) afirmou da tribuna que discorda da ideia manifestada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso de que soldados brasileiros integrem uma força internacional de paz a ser enviada ao Oriente Médio. No entendimento do senador, o Brasil poderá cooperar numa campanha diplomática internacional, mostrando que a convivência pacífica entre judeus e árabes é possível, como acontece no território brasileiro.

— Esta violência nos territórios ocupados por Israel me deixa desconfortável e perplexo. Qual será o fim de tudo isto? Será que isolar e humilhar Yasser Arafat, que está em um prédio sem água, luz ou telefone, levará à paz?

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) sustentou que não será pela violência que a paz chegará ao Oriente Médio, e ponderou que o primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, vem agindo contra os palestinos como os nazistas agiram contra os ju-

deus. Requião criticou a postura dos Estados Unidos, que se omitem até mesmo ante a decisão da ONU que determinou a Israel a retirada dos territórios ocupados. Depois de lembrar os bombardeios dos Estados Unidos contra o Afeganistão, Requião afirmou que “hoje são os palestinos que sofrem por causa da posição dos Estados Unidos; amanhã poderemos ser nós”.

Por sua vez, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) se manifestou impressionado com a passividade norte-americana em relação ao conflito. Ele lamentou que a decisão do conselho de segurança da ONU não seja obedecida.

— Aliás, as decisões da ONU são cumpridas ou não, dependendo do interesse dos Estados Unidos. Simon afirmou que vem ocorrendo “um verdadeiro extermínio” nos territórios palestinos, e considerou firme a nota do governo brasileiro, condenando os massacres e recomendando uma solução negociada.

Comissão analisa unificação das polícias civil e militar

A medida é um dos temas mais polêmicos em debate na Comissão Mista de Segurança. Representantes da Polícia Civil serão ouvidos hoje

Depois de ter aprovado, na semana passada, diversas propostas de combate ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro, a Comissão Mista de Segurança Pública realiza, esta semana, outras importantes votações. A proposta que visa à unificação das polícias civil e militar deve ser o principal assunto da reunião do colegiado marcada para as 17h de hoje.

A unificação vem sendo considerada, juntamente com o porte de armas, um dos temas mais polêmicos em análise na comissão. O relator-geral, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), comunicou, na reunião de quarta-feira, que tem encontro marcado com integrantes da Polícia Civil, no



Iris Rezende: comissão deve entregar seu relatório final no dia 16 deste mês

começo da tarde de hoje, para discutir o assunto. Torgan prontificou-se também a ouvir membros da Polícia Militar, pois pretende colher as sugestões das duas corpo-

rações sobre a possibilidade de unificação.

Na primeira parte da reunião, os senadores e deputados devem continuar avaliando as sugestões do deputado Magno Malta (PL-ES), relator de um dos grupos de trabalho, sobre a repressão ao crime organizado e ao narcotráfico.

O presidente da Comissão Mista de Segurança Pública, senador Iris Rezende (PMDB-GO), tem elogiado a atuação dos sub-reletores dos grupos de trabalho, afirmando que as votações já realizadas estão contribuindo para que a comissão entregue seu relatório final na data prevista — dia 16 deste mês.

Requião lê carta da OAB sobre recurso especial

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) leu da tribuna correspondência recebida da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra aprovação da emenda constitucional que restringe o julgamento de recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Conforme a Constituição, cabe ao STJ julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos tribunais regionais federais ou pelos tribunais dos estados, do Distrito Federal e dos territórios, quando uma das partes entender que sentença de uma daquelas instâncias feriu lei federal.

Conforme o texto, assinado pelo presidente do Conselho Federal da OAB, Rubens Approbato Machado, emenda aprovada “por escassa maioria” na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado determina que o regimento do Superior Tribunal de Justiça diga em que casos caberá o recurso especial. Rejeitada pela Câmara dos Deputados, a emenda estabelece a prevalência do regimento do STJ, enquanto uma lei não regulamentar a matéria.

Para a OAB, a alteração recria a “arguição de relevância”, introduzida no texto constitucional em



Requião: interesse especial pelo tema por ter sofrido “o peso da má-vontade do Judiciário”

1977. Com a mudança, o Supremo Tribunal Federal (STF) passou a deliberar sobre os casos em que coubesse ou não recurso extraordinário àquela corte. O STF era então responsável por julgar os casos hoje a cargo do STJ. Segundo a OAB, de cada cem arguições, uma, quando muito, era acolhida pelo STF.

A entidade considera que a emenda é inaceitável, porque o STJ deve uniformizar o entendimento dos tribunais sobre a legislação federal. “Não pode a lei restringir a essas ou aquelas hipóteses o cabimento do recurso especial, sob pena de ser o direito federal uniforme em algumas matérias e, em

outras, não”, diz a carta.

A OAB entende que a sobrecarga de processos no STJ será resolvida com a adoção da súmula vinculante. Alguns especialistas afirmam que a vinculação automática das sentenças às súmulas do STJ poderá retirar 85% dos processos repetitivos sobre Direito Público que abarrotam o tribunal. Requião manifestou-se contra a súmula vinculante, que, disse, restringiria a criatividade dos juízes, engessando o Direito.

— A solução para a lentidão do Judiciário passa pelo aumento do número de juízes, e não deve passar nunca pela supressão de instâncias que garantem a cidadania com direito aos recursos — disse.

Requião explicou que tem especial interesse pela questão do recurso especial e da súmula por considerar já ter sofrido “o peso da má-vontade do Judiciário”, quando se recusou, como governador do Paraná, a conceder aumento salarial indevido determinado pela Justiça estadual. O senador disse acreditar que, em razão dessa má-vontade, foi condenado em mais de 40 processos, todos atualmente “liquidados nos tribunais superiores”.

CE aprecia projeto que regulamenta o estágio

A Comissão de Educação (CE) retoma hoje, a partir das 11h30, análise do projeto que regulamenta a concessão de estágios a estudantes de nível médio e superior. De acordo com o texto que será votado, a jornada de atividades a ser cumprida pelo estudante deverá compatibilizar-se com seu horário escolar e poderá ser reduzida ou dispensada durante os períodos de provas.

A regra está prevista em substitutivo apresentado pelo relator da matéria, senador Gerson Camata (PMDB-ES). No texto, Camata rejeita benefícios previstos para o estagiário no projeto original elaborado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), como a concessão de bolsa em valor não inferior ao salário mínimo e a fixação de trinta dias de férias remuneradas — coincidentes com as férias escolares — após cada período de 12 meses de vigência do estágio.

Na justificativa da proposta, Ademir afirma que se deve evitar o desvirtuamento do estágio por meio da utilização dos estudantes, pelas empresas, como mão-de-obra qualificada e barata. O relator, por sua vez, sustenta que o projeto original funde o estágio, vinculado essencial-

mente à educação, com a relação de emprego. “Parte do pressuposto equivocado de que as empresas, em especial as transnacionais, se valem da mão-de-obra qualificada de estudantes-estagiários”, diz Camata em seu parecer.

CLASSIFICAÇÃO

A comissão examina ainda projeto do senador João Alberto Souza (PMDB-MA), com parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que torna obrigatória a classificação, por faixa etária, de todos os espetáculos públicos, incluindo os programas exibidos pelas TVs. De acordo com o projeto, caberá ao governo classificar previamente os programas de TV como livres ou inadequados para menores de 12, 14, 16 ou 18 anos de idade.

Outro item em pauta, com parecer favorável do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), é projeto de lei da Câmara que torna obrigatória a veiculação, nas contas de luz, de instruções de segurança aos consumidores. Também será analisado projeto do Executivo, com parecer favorável de Pedro Simon, que denomina “Ponte sobre o Vale do Menino Deus” obra localizada na rodovia BR-158, no Rio Grande do Sul.



Marcia Kallume

SERVIDORES DA SEGURANÇA DO CONGRESSO MOSTRAM SUA ARTE

O 1º Encontro de Arte e Cultura da Polícia do Congresso Nacional foi aberto ontem no Salão Negro do Senado. Fazem parte da exposição obras artísticas criadas pelos servidores da área de segurança legislativa do Senado e da Câ-

mara dos Deputados. A mostra, composta de pinturas, esculturas, fotografias e poesias, estará aberta à visitação pública até o dia 5 de abril, das 9 às 17h. O evento é uma iniciativa da Associação da Polícia do Congresso Nacional.